

Entrevista

Conversa com Valdirene Alves de Oliveira, atual Coordenadora-Geral de Ensino Médio do Ministério da Educação. Em nosso diálogo, ela enfatiza aspectos presentes no dossiê “Num cemitério de sonhos... Graças a leis, planos¹”: políticaspráticas² curriculares para as juventudes³ e propostas para o Ensino Médio no Brasil”

Ana Cláudia da Silva Rodrigues⁴, Maria Luiza Sússekind⁵

Resumo

Ao propormos o dossiê “Num cemitério de sonhos... Graças a leis, planos”: políticaspráticas curriculares para as juventudes e as propostas para o Ensino Médio no Brasil”, pretendemos ampliar o debate sobre as condições de existência das juventudes no País e sobre como esse tema tem permeado as discussões de jovens, pesquisadores, empresários, elaboradores de políticas, meios de comunicação de massa e comunidades escolares. Sabemos que a discussão é recente e só entrou na pauta das políticas governamentais a partir da década de 1990. Nos últimos anos, porém, impõe-se a necessidade de ações mais efetivas para essa parcela da população, principalmente nas áreas de educação, saúde, trabalho, moradia, arte, cultura e segurança pública. Por isso, convidamos a professora Valdirene Alves de Oliveira para uma conversa sobre o tema. Enfatizamos que nossa convidada tem formação acadêmica e profissional na área de educação. A professora tem graduação em Pedagogia pela Unievangélica, mestrado e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e pós-doutorado em Educação pela UFG. É efetiva da Universidade Estadual de Goiás (UEG) desde 2012 e atua como docente do quadro permanente do Mestrado em Educação da UEG, na Unidade Universitária de Inhumas (PPGE/UEG) desde 2020. Foi coordenadora do PPGE/UEG-Inhumas desde junho de 2022 até maio de 2023. Atualmente é Coordenadora-Geral do Ensino Médio (COGEM) na Secretaria da Educação Básica (SEB) no Ministério da Educação (MEC) desde maio de 2023. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em política educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: Ensino Médio, políticas educacionais e formação docente. Durante nossa conversa, temas como direitos, qualidade, juventudes, políticas e poder foram atravessados por questões sobre desigualdades e

¹ Emicida (2014).

² Utilizamos as palavras políticas e práticas unidas por entendermos, a partir de Oliveira (2013, p. 375), que “não há prática que não integre uma escolha política e que não há política que não se expresse por meio de práticas e que por elas não seja influenciada”.

³ Aqui utilizamos a palavra “juventude” no plural por considerarmos a pluralidade de situações que afetam as pessoas durante essa fase da vida.

⁴ Mestre e doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba, com pós-doutorado em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Atua como professora do Departamento de Fundamentação da Educação e como permanente vinculada à linha de Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFPB). Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Curriculares (GEPPC). Primeira Secretária da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED). Editora da Revista Espaço do Currículo. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6621-1861>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6240637144545401>. E-mail: ana.rodrigues@academico.ufpb.br

⁵ Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPED/UERJ) e pós-doutora pela Universidade da Colúmbia Britânica (UBC, Canadá). Atua como professora no Departamento de Didática e no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGEdu/UniRio). É cientista do Nosso Estado/FAPERJ e atua como Vice-Presidente Sudeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e como líder do Grupo de Pesquisa Grupo de Estudos Conversas com Currículo nos Cotidianos das universidadescolinas (CONCU). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7296-615X>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3054907039826552>. E-mail: mluizasussekind@gmail.com

exclusões, que transbordaram em outros enredamentos sobre mobilizações, resistências e ocupações, instigando-nos a continuar na luta, conforme conclama Emerica (2014): “levanta e anda, vai, levanta e anda, vai, levanta e anda, somos maior, nos basta só sonhar, seguir”.

Palavras-chave: políticas curriculares; juventudes; Ensino Médio.

Conversation with Valdirene Alves de Oliveira, current General Coordinator of Secondary Education at the Ministry of Education

Abstract

By proposing the dossier “In a cemetery of dreams... Thanks to laws, plans”: policies, curricular practices for young people and proposals for high school in Brazil”, we intend to broaden the debate on the living conditions of young people in Brazil and how this topic has permeated the discussions of young people, researchers, businesspeople, policy makers, mass media and school communities. We know that the discussion is recent and only entered the agenda of government policies in the 1990s. In recent years, however, the need for more effective actions for this segment of the population has become clear, especially in the areas of education, health, work, housing, arts, culture and public safety. For this reason, we invited Professor Valdirene Alves de Oliveira to talk about the topic. We emphasize that our guest has academic and professional training in the area of education. The professor has a degree in Pedagogy from Unievangélica; a Master's and Doctorate in Education from the Federal University of Goiás (UFG); and a Post-doctorate in Education from UFG. She has been a permanent member of the State University of Goiás (UEG) since 2012. She has worked as a permanent professor of the Master's in Education at UEG, at the University Unit of Inhumas (PPGE/UEG) since 2020. She was coordinator of PPGE/UEG-Inhumas from June 2022 to May 2023. She is currently the General Coordinator of Secondary Education (COGEM) at the Secretariat of Basic Education (SEB) at the Ministry of Education (MEC) since May 2023. She has experience in the area of Education, with an emphasis on educational policy, working mainly on the following topics: secondary education, educational policies and teacher training. During our conversation, topics such as rights, quality, youth, policies, and power were crossed by questions about inequalities and exclusions that overflowed into other entanglements about mobilizations, resistance, and occupations, and encouraged us to continue the fight, as Emerica (2014) calls for: “get up and walk, go, get up and walk, go, get up and walk, we are bigger, all we need to do is dream and move on.”

Keywords: curriculum policies; youth; high school.

Conversación con Valdirene Alves de Oliveira, actual Coordinadora General de Educación Secundaria del Ministerio de Educación

Resumen

Al proponer el dossier “En un cementerio de sueños... Gracias a las leyes, a los planes”: políticas curriculares, prácticas para los jóvenes y propuestas para la Escuela Secundaria en Brasil”, pretendemos ampliar el debate sobre las condiciones de existencia de los jóvenes en Brasil. y cómo este tema ha permeado los debates de jóvenes, investigadores, empresarios, formuladores de políticas, medios de comunicación y comunidades escolares. Sabemos que la discusión es reciente y recién entró en la agenda de las políticas gubernamentales en la década de 1990. Sin embargo, en los últimos años se necesitan acciones más efectivas para esta porción de la población, principalmente en las áreas de educación, salud, trabajo, vivienda, arte, cultura y seguridad pública. Por eso, invitamos a la profesora Valdirene Alves de Oliveira, para una conversación sobre el tema. Destacamos que ella cuenta con formación académica y profesional en el área de la educación. La docente es licenciada en Pedagogía por la Unievangélica; con Maestría y Doctorado en Educación por la Universidad Federal de Goiás (UFG) y Postdoctorado en Educación por la UFG. Actúa en la Universidad Estadual de Goiás (UEG) desde 2012. Se desempeña como profesora permanente de la Maestría en Educación de la UEG, en la Unidad Universitaria Inhumas (PPGE/UEG) desde 2020. Ha sido coordinadora del PPGE/UEG-Inhumas desde junio de 2022 hasta mayo de 2023. Actualmente es Coordinadora General de Educación Secundaria (COGEM) de la Secretaría de Educación Básica (SEB) del Ministerio de Educación (MEC) desde mayo de 2023. Tiene experiencia en el área de Educación, con énfasis en política educativa, trabajando principalmente en los siguientes temas: educación secundaria, políticas educativas y formación docente. Durante nuestra conversación, temas como derechos, calidad, juventud, políticas, poder fueron atravesados por preguntas sobre desigualdades y exclusiones que desbordaron en otros enredos

sobre movilizaciones, resistencias, ocupaciones y nos animaron a continuar la lucha como llama Emicida (2014): “levántate y camina, ve, levántate y camina, ve, levántate y camina, somos más grandes, solo nos falta soñar, seguir.”

Palabras clave: políticas curriculares; juventud; escuela secundaria.

Políticas para as juventudes vêm sendo observadas nas últimas duas décadas no Brasil, porém a diversidade de orientações e as mais variadas compreensões sobre o tema têm dificultado o acesso, principalmente, aos marginalizados. A exclusão de uma parcela considerável da população aos bens materiais, principalmente, a negra e pobre, é o legado de anos de ausência do estado no atendimento de suas necessidades. No entanto, observamos nessas políticas a predominância de ações voltadas para essa população que ressaltam tentativas de controle social. Por isso, com o intuito de ampliarmos as visões sobre o Ensino Médio e como esta etapa da Educação Básica vem sendo desenvolvida no Brasil, partilhamos com vocês um pouco de nossa instigante conversa.

1. Professora, sua biografia acadêmica demonstra que seu interesse de pesquisa sempre foi vinculado ao tema das juventudes, especificamente sobre o Ensino Médio. Conte-nos um pouco sobre sua trajetória e sobre como ocorreu essa aproximação com o tema do Ensino Médio.

Iniciei meu percurso profissional na função de professora na rede pública estadual do Estado de Goiás no período de 1994 a 2010. Nessa trajetória, exerci a docência no Ensino Médio noturno, em Goiânia, capital de Goiás, no período de 1997 a 2004. É interessante registrar que, apesar de ser pedagoga, vivi a docência na última etapa do Ensino Médio por sete anos, pois naquele contexto histórico era comum a docência fora da área de formação.

Diante da necessidade de mudança de cidade, busquei nova lotação e trabalhei em uma escola noturna na região norte da capital, que ofertava nove turmas de Ensino Médio regular. Até o meu ingresso na docência no Ensino Médio, eu havia atuado como professora da etapa do Ensino Fundamental no diurno e na Educação Infantil no interior de Goiás.

Aceitei o desafio e fui em busca de formação continuada para assumir a docência em uma etapa que eu conhecia apenas na condição de quem fez o curso técnico em magistério, concluído em 1991. Iniciei uma especialização na Universidade Federal de Goiás (UFG), que me oportunizou conviver com muitos docentes que já atuavam no Ensino Médio. O curso era na Faculdade de Letras e chamava-se “A palavra no contexto: leitura e produção de textos”.

Foi muito importante essa especialização na minha trajetória, pelos conhecimentos técnicos, para que eu pudesse aprender a lecionar na disciplina de Língua Portuguesa e Literatura no Ensino Médio, além do aprendizado oriundo da convivência com os docentes licenciados na área da linguagem e experiência na docência no Ensino Médio.

No entanto, não foi a especialização que instigou meu interesse na última etapa como objeto de estudo e pesquisa.

Em 1998, a escola em que eu trabalhava passou a ser piloto de uma experiência na implementação do Projeto Escola Jovem, oriundo de um Acordo de Empréstimo como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a implementação da reforma do Ensino Médio, delineada pelo nome Programa de Melhoria e Desenvolvimento do Ensino Médio (Promed). Tudo isso no contexto das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), aprovadas pela Resolução CEB nº 3, de 26 de junho de 1998.

No contexto de professora recém-chegada no Ensino Médio, fui movida pela inquietude cotidiana e pela curiosidade epistemológica, conforme Paulo Freire, e o fio que tecia essa experiência piloto me instigou a ingressar no mestrado na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás em 2002.

Era interessante e provocativo observar que os jovens e adultos – meus estudantes no Ensino Médio regular noturno – não tinham lanche e nem livros didáticos, enquanto os estudantes do Ensino Fundamental tinham.

Por aquela ser uma escola piloto, docentes e estudantes começaram a viver novos ares, como materiais didáticos para os professores trabalharem com as turmas, e passamos a ter um leque ampliado de formação continuada. Os meus colegas de trabalho diziam-me que esses incrementos eram novidades desejadas por eles havia anos. Enquanto isso, eu me perguntava por quais razões tudo isso estava acontecendo. Ao mesmo tempo, incomodava-me muito a ausência do lanche dos estudantes, mas isso era de uma forma ou outra sendo atenuada internamente, nos movimentos que as escolas públicas brasileiras encontram diante dos grandes desafios para fazer a partilha do lanche.

Nesse enredo, embebida do desejo de conhecer uma experiência singular, nasceu um projeto de pesquisa que se modificou no processo. Em 2004, concluí a minha dissertação com o título “Os intelectuais e o ‘novo Ensino Médio’ no governo FHC: o Projeto Escola Jovem”, sob a orientação do Professor José Luiz Domingues.

2. Gostaríamos de conversar um pouco sobre as políticas para o Ensino Médio no período pós-promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/96). Como a senhora analisa as disputas, estratégias, e que concepções e projetos se sobressaíram nesse período?

Interessante, pois retomo outro fio na história ao me ver na condição cuja história de formação como pesquisadora sobre o Ensino Médio tem os momentos formativos, mestrado e doutorado, também demarcados pelos períodos dos governos federais, tendo a LDB como referência.

O Projeto Escola Jovem, no contexto de LDB aprovada e todo o contexto de aprovação, de disputa por projetos formativos, pelo longo período de tramitação no Congresso Nacional, de elaboração de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a educação brasileira, não apenas para o Ensino Médio, em 1998; da Emenda Constitucional nº 14, de 1996; de ampla divulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais para as etapas da educação básica; de criação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), em 1998; indicam muitas evidências que acentuaram as disputas pelos projetos formativos.

A inclusão do Ensino Médio como etapa da educação básica não foi simples em um país que possui marcas constitutivas que não foram cunhadas na igualdade e no direito comum para todos os cidadãos.

A história do Ensino Médio é uma boa síntese da história da educação brasileira. Na minha tese de doutorado, eu pesquisei exatamente sobre isso. Tive a oportunidade de entrevistar agentes que participaram mais diretamente da construção de parte dessa história, que foi e continua sendo entrecortada por múltiplos desafios. Na tese que desenvolvi, trato desses elementos. O trabalho sob a orientação do Professor João Ferreira de Oliveira recebeu o título “As políticas para o Ensino Médio no período de 2003 a 2014: disputas, estratégias, concepções e projetos”.

3. Essas tendencias se alteram a partir de 2016... E, em muitos momentos, os jovens se organizaram para protestar contra a Reforma do Ensino Médio, instituída por uma medida provisória e posteriormente aprovada no governo Temer. Que reivindicações dos jovens a senhora pode destacar como relevantes? E como avalia as repercussões desse movimento? Os estudantes, as comunidades escolares, sobretudo a juventude, foram ouvidos?

O movimento dos estudantes em 2016, contra as alterações no Ensino Médio, foi expressivo no país. Naquele momento, além da proposta que afetava diretamente a vida escolar das juventudes brasileiras, nós tínhamos outras pautas, como a reforma da previdência e a Emenda Constitucional 95/2016, acirrando o debate na sociedade e movimentando as disputas no campo político.

A participação das juventudes naquele momento foi importante, ainda que a Medida Provisória nº 746/2016 tenha sido convertida na Lei nº 13.415/2017. Alguns estudos salientam que a mobilização nacional, aliada aos impactos nos territórios, com as ocupações das escolas e com as formas de organização mais democráticas, definidas entre os jovens nos espaços escolares, possibilitaram um novo olhar sobre a realidade da escola, seja sobre a estrutura física ou mesmo sobre as relações entre os diferentes membros da comunidade escolar, no contexto das ocupações. Em outras palavras, certamente foi um processo formativo com diferentes impactos na sociedade. Alguns desses efeitos talvez nem tenham sido captados, analisados ou divulgados.

Algumas reivindicações dos estudantes de Ensino Médio, denunciadas no movimento das ocupações em 2016, voltaram à cena em 2023.

4. Como a senhora analisa o interesse de grupos de empresários pela agenda da educação, especificamente o Ensino Médio no Brasil? Por exemplo, na construção da Base Nacional Curricular para o Ensino Médio, o movimento Todos Pela Educação (TPE) teve grande relevância na defesa dessa agenda, informação constante em suas pesquisas.

Vejo o fato de a educação constar na pauta de diferentes segmentos da sociedade como algo que *a priori* não incorre em problemas. Pelo contrário, compreendo como reconhecimento da importância da educação formal no tecido social. Dito isso, há que se observar como os diferentes segmentos se movimentam em direção ao campo educacional e como este reage à aproximação e como a sociedade observa e apreende essas configurações. Na minha tese de doutorado, eu pesquisei a relação entre os campos político, econômico e educacional nas disputas, concepções e estratégias em prol das políticas de Ensino Médio no período de 2003 a 2014. Creio que essa pesquisa trouxe elementos para o debate sobre como o campo de poder precisa ser considerado ao buscarmos compreender as relações entre os diferentes agentes e campos.

5. Desde a instituição da BNCC para o Ensino Médio, muitos pesquisadores denunciaram a ampliação das desigualdades entre estudantes de escolas com alto ou baixo financiamento, sejam públicas (colégios de aplicação, Pedro II, institutos federais e redes estaduais) ou privadas (escolas de pobres e ricos), principalmente a partir da instituição dos itinerários formativos e do projeto de vida. Para a senhora, é possível transpor a política e possibilitar uma educação mais igualitária para as juventudes matriculadas na escola pública? Afinal, a educação pode promover equidade social?

Paulo Freire, o patrono da educação brasileira, nos afirma que a “Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”. Já a política, em sentido amplo, é presente e constante na vida de todos nós. Assim, se vejo a educação como prática social, como afirma Carlos Brandão, e a política como ação individual e coletiva, que incide na sociedade, logo vejo a política, em sentido mais estrito, como um importante espaço em que as possibilidades, para que o mundo seja transformado, estão em constante movimento. Certamente, cada contexto histórico possui suas singularidades, desafios e formas de enfrentamento que possibilitarão a ampliação ou a redução dos direitos sociais. Consequentemente, a oferta e a qualidade da educação pública e a equidade social estarão impactadas não apenas pelas condições objetivas, mas também pelas transposições realizadas pelos sujeitos históricos, conforme Florestan Fernandes aponta: “A história nunca se fecha por si mesma e nunca se fecha para sempre. São os homens, em grupos e confrontando-se como classes em conflito, que ‘fecham’ ou ‘abrem’ os circuitos da história”.

6. Segundo o relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), divulgado em 2023, 36% dos jovens brasileiros não estudam e estão sem trabalho. Que estratégias estão sendo pensadas e articuladas com outros setores por sua coordenação para contribuir com a diminuição desse percentual?

A condição das juventudes, em relação ao trabalho, tem chamado a atenção mundialmente. Com a pandemia de covid-19, houve um agravamento do cenário global, com destaque para os países mais populosos e em desenvolvimento. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) publicou em 2022 um amplo relatório sobre as tendências globais de empregos para os jovens

e destaca que os efeitos tardios da pandemia persistirão por um tempo, mas já há sinais positivos de reação ao quadro, por regiões.

Desde 2023, temos vivenciado no Brasil um conjunto de ações, não apenas no Ministério da Educação (MEC), com foco na captação das demandas dos jovens brasileiros, para que haja um atendimento adequado das necessidades.

A Secretaria-Geral da Presidência da República, no primeiro semestre de 2023, estabeleceu o Comitê Interministerial da Política Pública da Juventude (COIJUVE). Dentre as atividades desse Comitê, está a revisão do Plano Nacional da Juventude, que certamente será uma oportunidade de retomada e de fortalecimento do debate com as representatividades que pesquisam, atuam na gestão e nos movimentos vinculados às juventudes do país, para que tenhamos ações articuladas no Governo Federal para que sejam contempladas as demandas em sua extensão.

No Ministério da Educação, com a recriação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi), em 2023, foi criada a Coordenadoria Geral de Políticas Educacionais para a Juventude, que tem subsidiado o MEC na formulação de políticas públicas, em articulação com os sistemas de ensino. Essa ação se insere no bojo dos trabalhos da Comissão Nacional de Políticas Educacionais para as Juventudes (CNPej), também criada em 2023.

Diante dos desafios de um país do tamanho do Brasil, no contexto de pós-pandemia e de outros agravantes vivenciados nos últimos anos, num quadro de problemas históricos que afetam mais fortemente alguns segmentos, como os jovens e, dentre esses, os com a condição econômica, raça e gênero mais do que outros, a educação formal de qualidade, as ações em prol do apoio e incentivo para a permanência na escola são muito importantes para que tenhamos políticas públicas para a juventude do tamanho do Brasil. Nesse sentido, o Programa Pé-de-Meia é uma ação de amplo alcance e com potencial para fazer a diferença em nosso país.

7. O governo do presidente Lula tem investido recursos na ampliação da educação integral, principalmente para esta etapa da educação básica. Porém, ao pesquisarmos as propostas curriculares das instituições integrais, por exemplo no caso da Paraíba, identificamos que, além da baixa adesão ao modelo, elas adotam os cadernos de formação publicados pelo Instituto de Cooresponsabilidade da Educação, instituição privada que orienta as propostas pedagógicas de escolas públicas de 22 estados brasileiros, e que apresentam características consideradas

neoliberais e neoconservadoras (Rodrigues; Honorato, 2020). É possível pensar que os interesses das juventudes da escola pública sejam outros?

É importante registrarmos que o Programa Escola de Tempo Integral (ETI), uma das ações prioritárias da atual gestão do Ministério da Educação, sob o endosso do Governo Federal, foi criado pela Lei 14.640, de 31 de julho de 2023, com a finalidade de fomentar a criação de matrículas na educação básica em tempo integral.

As experiências de oferta de escola em tempo integral no Brasil são bem anteriores, e coexistem diferentes propostas. A partir da Lei 14.640/2023, pela primeira vez, o país está tendo a oportunidade de pensar, planejar e construir juntos a política de educação integral. O monitoramento da implementação dessa ação nos traz dados importantes. Por exemplo, até a criação dessa lei, as experiências de tempo integral não necessariamente contavam com legislação sobre a política de escola em tempo integral em seus territórios.

Nesse sentido, há muito o que ser feito, e a Secretaria de Educação Básica (SEB), no conjunto das diretorias e coordenações, com destaque para a Coordenação-Geral de Educação Integral e Tempo Integral (COGEITI), tem desenvolvido um amplo e importante trabalho no capítulo da história de educação integral em nosso país.

Em 2023, foi estabelecido o diálogo com as redes de ensino como primeira ação do MEC, na atual gestão, nos territórios, no formato de seminários regionais, para conhecer as experiências desenvolvidas nas regiões e apresentar os eixos da proposta delineada na Lei nº 14.640/2023.

Na pactuação com os entes, no ciclo de 2023 e 2024, tendo como referência um milhão de matrículas, distribuídas em creches, pré-escola, anos iniciais do Ensino Fundamental, anos finais e educação profissional, o Ensino Médio foi reportado com o pleito de 177.509 novas vagas de tempo integral.

Como a indicação era de acordo com a necessidade de cada ente, vemos esse número como um aceno de demanda existente. Isso nos mostra que, nesse novo capítulo da escola de tempo integral, o Ensino Médio requer um olhar cuidadoso da SEB no acompanhamento e no diálogo profícuo com as redes de ensino na definição das propostas pedagógicas para as juventudes brasileiras que estão no Ensino Médio.

Com a sanção do PL nº 5.230/2023, no conjunto das diretorias da SEB, em especial no bojo da Diretoria de Políticas e Diretrizes para a Educação Integral (DPDI) e da Coordenação-Geral de

Ensino Médio (Cogem), será possível a reconstrução em forma de ação com as redes de um projeto educativo integral e em tempo integral para as juventudes brasileiras. Essa é uma das razões pelas quais a SEB tem trabalhado arduamente desde o primeiro dia da gestão atual.

8. Em 2024, o Governo Federal, através da SEB, lança o programa Pé-de-Meia, “de incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, destinado a promover a permanência e a conclusão escolar de estudantes matriculados no Ensino Médio público”. Sabemos da importância da ampliação da renda e o quanto este tipo de política de transferência tem impacto social, no âmbito da educação. Como a senhora avalia o programa?

O Decreto nº 11.901, de 26 de janeiro de 2024, institui o Programa Pé-de-Meia, cujo eixo organizador se fundamenta em premissas que orientam as ações da SEB, expressas em programas que vêm sendo criados desde 2023.

Quando olhamos para o Pé-de-Meia, vemos que num primeiro momento contemplou o público de jovens matriculados no Ensino Médio regular, com idade entre 14 e 24 anos, oriundos de famílias inscritas no CadÚnico, mas com a pretensão de ampliação no número de vagas desde o início. É importante frisar o que está no texto legal quanto aos seus objetivos: I - democratizar o acesso dos jovens ao Ensino Médio e estimular a sua permanência nele; II - mitigar os efeitos das desigualdades sociais na permanência e na conclusão do Ensino Médio; III - reduzir as taxas de retenção, abandono e evasão escolar; IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação; V - promover o desenvolvimento humano, com atuação sobre determinantes estruturais da pobreza extrema e de sua reprodução intergeracional; e VI - estimular a mobilidade social.

O contexto de criação de uma política ampliada, coordenada nacionalmente, no escopo do Programa Pé-de-Meia, é uma entrega do atual governo às juventudes brasileiras que certamente trará muitos benefícios ao país nos próximos anos, a exemplo de outras políticas sociais, que incidiram individualmente e coletivamente e trouxeram avanços importantes para a universalização e a permanência na educação básica.

9. Em 2023, a senhora foi convidada para assumir a coordenação geral de Ensino Médio na Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. Quais os principais desafios enfrentados ao assumir essa coordenação? Finalizando, gostaríamos que apresentasse as

perspectivas e principais desafios da sua pasta para atender as reivindicações de estudantes e pesquisadores para essa etapa da Educação Básica.

O convite para assumir a Coordenação-Geral do Ensino Médio chegou em um momento em que, como pesquisadora do Ensino Médio, eu acompanhava a reivindicação dos estudantes para mudanças no Ensino Médio e já havia sido anunciado pelo Ministro Camilo Santana, com a Consulta Pública, instituída pela Portaria nº 399, de 08 de março de 2023, para avaliar e reestruturar a política nacional do Ensino Médio. Do convite à portaria de nomeação, foram aproximadamente trinta dias, mas desde o primeiro contato eu aceitei o desafio e aguardei a confirmação. Guimarães Rosa fala sobre o que a vida exige de nós ao apertar, afrouxar, inquietar e desinquietar, ela quer: Coragem!

O fato de termos sofrido perdas tão severas em pouco mais de meia década, desde o golpe de 2016, certamente nos coloca numa condição que, diante dos velhos e novos desafios, em que as oportunidades precisam ser aproveitadas e os espaços precisam ser ocupados, onde estivermos e nas funções mais diversas que tivermos condições, de estarmos presentes. Foi muito intenso e apreensivo o momento que vivemos em 2022 para eleger o Presidente Lula. O momento que vivemos é literalmente de ação e reconstrução.

A democracia, a vida e a qualidade de vida de milhões de brasileiros nunca estiveram tão em risco desde a redemocratização do país. Ao aceitar e assumir a função de coordenadora na Coordenação-Geral do Ensino Médio o fiz como uma forma de reafirmar o meu compromisso docente e de pesquisadora com os sete milhões de estudantes de Ensino Médio, sobretudo com os que conheci bem, face a face, os mais invisibilizados, seja pelo turno, pela cor ou pela condição socioeconômica, ou por todas essas condições e outros agravantes. Não era possível recusar, mas sim agradecer a oportunidade e fazer dela o melhor possível em prol da causa que me forjou como pesquisadora do Ensino Médio, na Universidade Federal de Goiás, há duas décadas.

Como disse anteriormente, conheço a escola de Ensino Médio como docente, acompanhei o pleito do movimento dos secundaristas em 2016 e compreendi que havia muita legitimidade no pleito retomado pela sociedade, não ouvida no passado, agravado por um processo de implementação com problemas diversos, uma pandemia e uma ausência de apoio efetivo do Governo Federal por quatro anos. Os desafios, ao assumir a Coordenação-Geral do Ensino

Médio, não seriam simples em um contexto atual, político e societário, multifacetado, por diversas razões.

Ao pleito dos secundaristas somavam-se os movimentos dos pesquisadores e professores da educação básica e, embora o anseio chegasse em tom de urgência, a via democrática e institucional precisava ser pavimentada para que alguns pilares da reforma pudessem ser alterados. A tramitação de um novo projeto de lei precisava ser percorrida em busca das mudanças solicitadas. O Ministro Camilo Santana apresentou o pleito do PL em regime de urgência ao Presidente Lula e assim foi enviado ao Congresso Nacional o PL nº 5230/2023 no dia 26 de outubro.

O fato de o Governo Federal assumir esse percurso, via Projeto de Lei e não por uma nova Medida Provisória, demarca um governo com coragem e respeito ao regime democrático, ainda que isso implique se expor aos riscos, mas a escolha do ponto de partida é vinculada ao princípio que cada gestão possui. Instituir uma consulta pública ampla e ir para o debate no Congresso Nacional, casa do povo, são marcas e posturas que não ocorreram no passado recente. Em tempos de democracia fragilizada, esses processos não podem ser esquecidos ou analisados apenas sob a ótica da crítica que inviabilize perceber a relevância que essas posturas carregam. Quando respondo às questões dessa entrevista, olho para o retrovisor e vejo nesse pouco mais de um ano que estou na Coordenação-Geral do Ensino Médio, que há muito, muito trabalho para ser desenvolvido neste segundo semestre de 2024. Talvez muito mais trabalho do que o que fizemos até agora, e olha que não fizemos pouca coisa na Coordenação. A equipe que trabalha comigo, apesar de reduzida para o volume de demandas, é de uma qualidade e compromisso com a educação brasileira que me fazem ter a sensação de que o tempo cronológico tem outra métrica para nós. Talvez cada dia valha uma semana e cada semana um mês. Trabalhamos intensamente e coletivamente em muitas frentes: na Consulta Pública, nos processos que envolveram a redação do PL: envio, tramitação e aprovação final. Nesse percurso, outros trabalhos que ecoam e ecoarão no Ensino Médio contaram com o nosso intenso trabalho: participar e contribuir com o debate sobre o edital para o Programa Nacional de Livro e do Material Didático (PNLD) do Ensino Médio e as tratativas para a criação do Programa Pé-de-Meia, dentre tantos outros.

Por outro lado, como professora da educação básica, com atuação na gestão em Secretarias estadual e municipal de Educação, vejo a fase da implementação das mudanças na Política

Nacional do Ensino Médio, que vão iniciar brevemente, para além de um intenso trabalho com as redes de ensino. Compreendo que esse momento é uma das etapas mais importantes para as mudanças que a comunidade escolar reivindicou e reivindica. Para nós, na Cogem/DPDI/SEB, esse momento auspicioso já começou! Desde o ano passado, temos trabalhado em coleta de dados e sistematização sobre as múltiplas realidades que cada rede de ensino oferece para dar cabo ao atendimento dos estudantes do Ensino Médio nas distintas organizações e modalidades. Os diálogos e trabalhos com as redes de ensino na forma de assistência técnica e financeira aos entes para a implementação das mudanças que conseguimos avançar com a legislação já estão sendo iniciados.

Buscaremos fazer desse processo um exercício respeitoso de diálogo com a redes, com as equipes técnicas, pois é assim que o MEC, nesta gestão democrática, voltou a se fazer presente junto aos entes federativos. Faremos deste momento, de ação e reconstrução, o melhor possível para termos um Ensino Médio do tamanho do Brasil.

Entrevista concedida em Agosto de 2024.

REFERENCIAS:

BRASIL. Conselho Pleno. Resolução CEB Nº 3 de 26 de junho de 1998. Institui as Diretrizes Nacionais para o Ensino Médio. 1998

BRASIL. Medida provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016a. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. **Portal da Legislação**, Brasília, 22 set. 2016a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm>. Acesso em: 10 nov. 2017.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Portal da Legislação**, Brasília, 16 fev. 2017. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm>. Acesso em: 15 nov. 2017.

RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva; HONORATO, Rafael Ferreira de Souza. Redes de política de educação integral da Paraíba: fluxos e influências neoconservadoras e neoliberais. **Roteiro**, [S. l.], v. 45, p. 1–32, 2020. DOI: 10.18593/r.v45i0.21782. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/21782>. Acesso em: 17 jul. 2024